



Advogados poderão ter acesso livre a processos não sigilosos

Reportagem de Sérgio Aguiar/Senado



Cássio Cunha Lima, Fernando Bezerra Coelho, Eunício Oliveira e Fernando Collor (D) em sessão do Plenário do Senado

Segundo texto que segue para sanção presidencial, é direito do advogado examinar sem procuração documentos em órgãos do Judiciário, do Legislativo ou da administração pública em geral

O Plenário aprovou ontem projeto que assegura a qualquer advogado e membro do Ministério Público o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos que não estejam em sigilo ou segredo de justiça. Nesses casos, o acesso fica restrito aos advogados constituídos pelas partes. O projeto segue para sanção presidencial.

O projeto eleva a status de lei federal resolução de 2010 do Conselho Nacional de Justiça. Segundo o texto aprovado, é direito do

advogado examinar sem procuração procedimentos em órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo ou da administração pública em geral. Os profissionais podem obter cópias das peças e fazer apontamentos.

A regra vale também para processos eletrônicos concluídos ou em andamento. O sistema de informação deve permitir que advogados e membros do Ministério Público cadastrados acessem automaticamente as peças armazenadas, mesmo que não estejam vinculadas a processo específico. **3**

Plenário aprova urgência para modernização da Justiça Militar

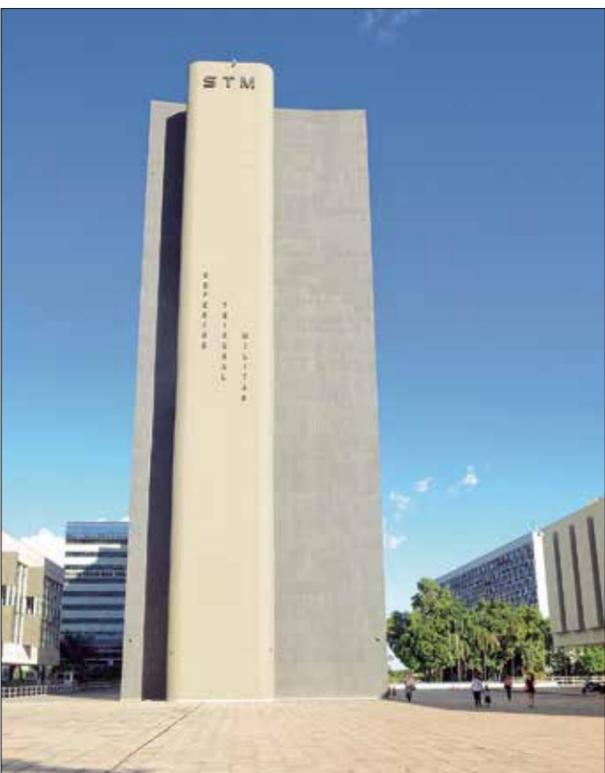
O Plenário aprovou ontem regime de urgência para projeto que trata da reorganização e da modernização da Justiça Militar da União. Mais cedo, o projeto havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Entre outras mudanças,

a proposta reclassifica o juiz civil e de carreira da Justiça Militar da União, conhecido como juiz-auditor, para juiz federal da Justiça Militar.

Segundo o Superior Tribunal Militar, essa qualificação traduz melhor a natureza do cargo. **5**

Ana Volpe/Agência Senado



Projeto que recebeu urgência é de autoria do Superior Tribunal Militar

Definido nome do novo embaixador do Brasil na Síria **7**

Senado premia vencedores do Desafio VisitApp **2**

Governo precisa reajustar tabela do SUS, aponta documento

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem relatório sobre a política pública para santas casas e hospitais beneficentes, elaborado pelo senador Dalirio Beber. Segundo ele, o governo precisa urgentemente fazer a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde paga às entidades filantrópicas, que hoje cobre apenas 60% dos custos. **6**



Sylvana Lobo/Ibram

Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), é vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus

Relatório apoia manutenção do Ibram e novo fundo pró-museus

O relatório de Lídice da Mata sobre a Medida Provisória 850/2018 é contrário ao texto, que extingue o Instituto Brasileiro de Museus e cria a Agência Brasileira de Museus em seu lugar. Além da manutenção do Ibram, a senadora

sugere a instituição de um fundo de amparo para o setor, a exemplo do que acontece em universidades. O governo alega que a agência ajudará a preservar o patrimônio cultural do país. A comissão volta a se reunir na terça-feira. **8**

Bancos poderão ter caixa para deficiente visual **4**

MP sobre imóveis do INSS deve ser analisada hoje **4**

Goldfajn pede aprovação de autonomia para o Banco Central

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, defendeu o projeto que dá autonomia ao BC, com mandatos da diretoria não coincidentes com o do presidente da República. Ele disse que permanecerá no comando do banco até que o Senado analise o nome do seu substituto. **4**

Vencedores do Desafio VisitApp são premiados

Iniciativa do Senado premiou aplicativos para tornar a visita ao Congresso Nacional mais interativa

O PROGRAMADOR BRUNO Guerreiro de Carvalho, de São Paulo, foi o vencedor do Desafio VisitApp, uma iniciativa do Senado lançada em junho na Campus Brasília, para premiar os três melhores aplicativos móveis que tornem a visita ao Congresso mais interativa. Ele recebeu ontem R\$ 15 mil, em cerimônia presidida pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

— Precisamos nos comunicar, nos relacionar na linguagem que hoje as pessoas usam, e por isso fomos buscá-los para nos ajudar a traduzir tudo o que o Senado é e representa para o Brasil — disse Ilana.

Para desenvolver o aplicativo Visite o Congresso Nacional, disponível na Apple Store e na Google Play, Bruno e seu colega Felipe Barreira aproveitaram vários conteúdos disponíveis nos sites do Senado e da Câmara. O aplicativo oferece um passeio virtual, com imagens em 360 graus, por vários ambientes do Congresso, sempre com áudio-guia.

— A gente usou a tecnologia do QR Code, para que a pessoa, quando chegar perto de uma obra de arte, por exemplo, possa escaneá-la no aplicativo, que dá uma visão geral dela.

Com o aplicativo Visite o Congresso, Daniel Ferreira de Souza, de Brasília, ficou



A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, entre os vencedores

em segundo lugar e recebeu um notebook Alienware Dell. Além de permitir uma visita virtual ao Congresso, o aplicativo fornece conteúdo multimídia por meio de QR Codes.

— A gente separou o aplicativo em quatro áreas. Uma com informações essenciais para visitar o Congresso. Nas outras três, uma traz curiosidades sobre a história, outra é para quem está em casa e quer visitar o Congresso através das imagens em 360 graus e a outra, pelo QR Code, para quem está presencialmente no Congresso, mostra informações juntamente com o áudio-guia.

VisitApp 360 é o aplicativo classificado em terceiro lugar. O autor, Anesio Neto, do Rio de Janeiro, recebeu R\$ 5 mil. O objetivo, segundo ele, foi permitir que pessoas que não

estão Brasília possam conhecer o Congresso por meio de óculos de realidade virtual e um celular.

— Nosso foco inicial foi esse: trabalhar mais a parte de realidade virtual com passeio virtual, até criando uma variação do Túnel do Tempo.

Para a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing, Cristina Monteiro, o concurso trouxe uma nova geração ao Congresso, para “promover uma renovação de olhares” sobre a instituição e levá-la a outras pessoas.

A diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Angela Brandão, lembrou que a cada ano 180 mil pessoas visitam o Congresso. O DesafioApp, disse, pode levar a mais pessoas “essa experiência transformadora” de quem vem ao Congresso.

Eduardo Amorim lamenta descaso do país com serviços públicos

Em um balanço de seu mandato, Eduardo Amorim (PSDB-SE) lembrou a atuação que teve em favor dos serviços públicos, como saúde e educação, e pelo fortalecimento de órgãos de controle e fiscalização. O senador lamentou o descaso do país com essas áreas. Amorim disse que procurou atuar em favor de todos os municípios de Sergipe e que, para isso, criou uma ferramenta no seu site mostrando o atendimento a cada cidade.

Também destacou que ao longo de sua vida pública procurou defender a reforma tributária.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ana Amélia critica o PT e faz balanço de seu mandato

O PT, partido que esteve no poder nos últimos anos, apesar de dizer que defende os trabalhadores, na verdade, os maltrata, na opinião de Ana Amélia (PP-RS). Segundo a senadora, isso aconteceu com os beneficiários dos fundos de pensão complementar de estatais.

Ana Amélia também afirmou que, durante os oito anos em que esteve no Senado, aprendeu muito mais do que em 40 anos de atividade política. Nesse período, a senadora apresentou 144 projetos de lei, cinco já em vigor, e destinou R\$ 181 milhões em emendas para 452 municípios gaúchos.

Hélio José indica o cineasta Nilson Rodrigues para comenda de cultura

O Senado promoverá na segunda-feira a primeira edição da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, destacou Hélio José (Pros-DF).

O senador informou que indicou para receber a honraria o cineasta mineiro Nilson Rodrigues, ex-diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e vencedor da categoria Melhor Filme pelo Júri Popular do Festival de Gramado em 2015, por *O Outro Lado do Paraíso*.

Ele também falou da importância do escritor e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ataídes destaca atuação contra excesso nos gastos públicos

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) mencionou seus esforços na luta contra a corrupção e os privilégios dos políticos ao fazer um balanço de seu mandato. O senador lembrou que o projeto das 10 medidas contra a corrupção no Senado é de sua autoria (PLS 147/2016). Ele ressaltou ter sido a favor do fim do foro privilegiado e ter apoiado propostas para garantir maior transparência na administração pública e que fecham brechas para a corrupção, como as que tratam do Sistema S.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Brigadistas socorreram bem em atropelamento, diz Regina

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Regina Sousa (PT-PI), leu ontem um memorando no qual manifesta indignação pelas consequências administrativas da atuação de brigadistas terceirizados do Senado no socorro a vítimas de um atropelamento, ocorrido em 25 de novembro. Pelo relato da senadora, duas funcionárias terceirizadas foram atropeladas ao mesmo tempo na faixa de pedestres na Via N2, que dá acesso ao prédio do Senado.

Os brigadistas prestaram os primeiros socorros e chamaram os bombeiros, mas apenas uma viatura com maca foi enviada para o atendimento. No entanto, após o episódio, o líder dos brigadistas foi “devolvido” à empresa terceirizada por ter atuado no socorro às vítimas em um ambiente que foi considerado “fora das dependências do Senado”.

Segundo Regina, a atuação do brigadista foi adequada, porque privilegiou a manutenção da vida da pessoa atropelada.

Na reunião foi rejeitada a

Sugestão (SUG) 15/2018, enviada ao Senado por meio do Portal e-Cidadania, que tinha como objetivo implantar o sistema de Libras como disciplina nas escolas públicas.

A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), explicou que a proposta é inconstitucional. De acordo com a legislação vigente, a prerrogativa de decidir sobre as disciplinas é do Poder Executivo e do Conselho Nacional de Educação.

Lula

Também foram lidos os nomes dos senadores que integrarão uma diligência à sede da Polícia Federal para visitar, na próxima semana, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na prisão, em Curitiba.

São eles Humberto Costa (PT-PE), Paulo Paim (PT-RS), Regina Sousa (PT-PI), Fátima Bezerra (PT-RN), Lindbergh Farias (PT-RJ), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Paulo Rocha (PT-PA), Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE), Roberto Requião (MDB-PR), João Capiberibe (PSB-AP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Gerardo Magela/Agência Senado

Presidente da CDH, Regina questionou afastamento de brigadista

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CMO Ministro da Saúde
10h Audiência com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, para prestar contas do desempenho orçamentário do SUS.

MP 858/2018 Alcântara Cyclone Space
10h Eleição de presidente e vice.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
10h Texto sobre Justiça Militar na pauta.

CPI DOS MAUS-TRATOS Relatório
11h Análise do relatório final.

SESSÃO ESPECIAL 80 anos do GSI
11h30 Comemoração de 80 anos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

MP 852/2018 Imóveis do INSS
15h Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

Senado aprova livre acesso de advogados a processos

Segue para sanção texto que assegura exame de processos a qualquer advogado e membro do Ministério Público. Documentos em sigredo de Justiça permanecem acessíveis apenas a advogados constituídos

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que assegura aos advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos. O PLC 72/2018 vai à sanção do presidente da República.

De acordo com o texto, o exame dos autos por advogados e membros do Ministério Público cadastrados poderá ocorrer em qualquer fase da tramitação. Exceção é feita apenas aos processos em sigilo ou sigredo de Justiça, cujo acesso é limitado aos advogados constituídos pelas partes.

O PLC 72/2018 também estabelece que é direito do advogado examinar sem procuração procedimentos em órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo ou da administração pública em geral. Os profissionais podem obter cópias das peças e fazer apontamentos. A regra vale para processos eletrônicos concluídos ou em andamento.



Plenário assegura exame de processos também ao Ministério Público

Pelo texto, documentos digitalizados em autos eletrônicos estão disponíveis para acesso por meio de uma rede externa. O sistema de informação deve permitir que advogados e membros do Ministério Público cadastrados acessem automaticamente todas as peças armazenadas em meio eletrônico, mesmo que não estejam vinculadas ao processo específico.

A proposta eleva ao status

de lei federal o conteúdo da Resolução 121, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o relator, senador Hélio José (Pros-DF), o direito de ter acesso aos autos dos processos físicos ou eletrônicos não sigilosos é prerrogativa indispensável para o exercício da advocacia, que tem por objeto servir mais à proteção jurídica do cidadão do que aos interesses do próprio advogado.

Eunício: votação secreta para Mesa do Senado não fere Constituição

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que a Casa tem a prerrogativa de estabelecer os seus procedimentos e que não agiu contra a Constituição ao definir o voto secreto para as eleições internas, a serem realizadas após a abertura dos trabalhos legislativos de 2019.

Ele respondeu à manifestação de Lasier Martins (PSD-RS), que defende votação aberta na eleição para presidente do Senado e apresentou um projeto de resolução nesse sentido (PRS 53/2018). A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Não rasgarei por uma questão demagógica o Regimento [do Senado]. Vossa Excelência não pode fazer uma acusação à Presidência ou à Mesa — afirmou Eunício.

Lasier classificou de inconstitucional a votação secreta para a Presidência do Senado.

Eunício disse ainda que Lasier tem o direito de propor uma modificação no regimento e que seu projeto para instaurar o voto aberto está tramitando conforme as regras.

O projeto foi encaminhado à CCJ após um prazo de cinco dias para recebimento de emendas (não recebeu nenhuma). Após o parecer da CCJ, a Mesa analisará a proposta. O Plenário dará a palavra final.

Publicidade

Lasier havia afirmado que o voto secreto para os cargos da Mesa — incluindo o de presidente — é inconstitucional. Ele questionou o presidente do Senado sobre a tramitação do projeto e argumentou que a Constituição exige a publicidade dos atos públicos, que incluem, no seu entendimento, as votações no Congresso. Lasier opinou que, por causa disso, todos os votos devem ser abertos, a menos que a Constituição explicitamente o contrário.

— Ao optar por não mencionar a natureza secreta do voto para a eleição da Mesa, o poder constituinte entendeu por bem fortalecer o princípio democrático que exige o voto nominal dos representantes do povo. Não tem o Senado liberdade para contrariar em seu regimento um princípio constitucional expresso.

Aprovada urgência para compra mínima de leite

O Plenário pode votar na terça-feira o projeto que obriga o governo federal a realizar compras mínimas de leite produzido por agricultores familiares. O texto assegura a aquisição de pelo menos 35 litros por dia. O autor é o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Ontem, os senadores aprovaram um requerimento para a votação em regime de urgência. A legislação em vigor estabelece um limite de R\$ 9,5 mil por ano para a compra de leite produzido por unidade familiar. Para a autora do requerimento de urgência, senadora Ana Amélia (PP-RS), o valor é insuficiente.

— Os decretos que atualmente regulamentam o Programa de Aquisição de Alimentos não têm conseguido atender a demanda



Ana Amélia é autora do requerimento para votação com urgência

dos produtores de leite, em especial das Regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, a fixação de limites em termos de quantidades — e não de valores — diminui a probabilidade de que os incentivos do programa sejam corroídos pela inflação, como vinha ocorrendo até então.

O PLS 186/2015 determina a compra de 150 litros de leite por dia. O texto foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em 2016 e seguiu para a Câmara, mas os deputados sugeriram a redução para 35 litros, o que obrigou o retorno ao Senado na forma de uma emenda.

Regulamentação da profissão de podólogo aguarda decisão final

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que regulamenta a atividade de podólogo. A proposta (PLC 151/2015) recebeu substitutivo e, por isso, será submetida a votação em turno suplementar na próxima semana. Confirmada a aprovação, o projeto terá de voltar para a Câmara dos Deputados.

O relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paulo Rocha (PT-PA), modificou o texto para vincular esses profissionais ao Conselho Federal de Biomedicina. No projeto, de autoria do deputado José Mentor (PT-SP), estava prevista a criação de um conselho federal de podologia e de conselhos regionais específicos. Para Mentor, esses profissionais

atuam de forma a melhorar os pés de pessoas que necessitam de tratamentos, como as diabéticas.

Pelo texto, a profissão será exercida por diplomados em curso superior ou técnico de podologia. Também podem ser técnicos profissionais habilitados de acordo com a atual legislação e que já trabalham na área há mais de cinco anos, como pedicures e calistas.

A proposta define algumas atribuições para o podólogo, entre as quais a de tratar as doenças superficiais dos pés, efetuar curativos e atender emergências, orientar pacientes sobre medidas preventivas e promover proteções e correções podológicas, além de preparar moldes para órteses e próteses.

RÁPIDAS

SENADO APROVA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ESPANHA

O Plenário aprovou ontem o acordo de cooperação em defesa com a Espanha, assinado em 2010 (PDS 107/2018).

O acordo, que segue agora para promulgação, visa especialmente as áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento militares, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços.

Para o relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o acordo aumenta o relacionamento bilateral com a Espanha com base nos princípios das Nações Unidas.

CABO VERDE TERÁ PERMISSÃO PARA SOBREVOAR BRASIL

Aprovado ontem pelo Senado o PDS 106/2018, assinado em 2016, que confirma acordo sobre serviços aéreos com Cabo Verde. O texto segue para promulgação.

O acordo trata da concessão de direitos, como o de sobrevoar o território da outra parte sem pousar e o de fazer escalas no território da outra parte para fins não comerciais.

O relator na Comissão de Relações Exteriores, Cristovam Buarque (PPS-DF) é favorável ao texto.

TURISTA PODERÁ FICAR MAIS DE 90 DIAS EM PAÍSES DO MERCOSUL

A permissão para turistas estenderem suas viagens a países membros do Mercosul por mais de 90 dias está no PDS 66/2018 aprovado ontem pelo Plenário. O texto será promulgado.

O acordo modifica a Decisão 10/2006 do bloco, que não previa a possibilidade de solicitar, no território do país de destino, uma prorrogação da permanência autorizada no momento do ingresso.

O relator na Comissão de Relações Exteriores, Lasier Martins (PSD-RS), concorda.

PLENÁRIO FARÁ MAIS UM DEBATE SOBRE POLÍTICA DE DEFESA

O Plenário realizou ontem a primeira sessão de discussão da nova Política Nacional de Defesa (PND). O projeto de decreto legislativo (PDS 137/2018) será debatido mais uma vez antes da votação em primeiro turno.

Além da PND, o texto estabelece diretrizes para a Estratégia Nacional de Defesa e atualiza o Livro Branco da Defesa Nacional. O PND fixa 28 posicionamentos na área de Defesa. Entre eles, a defesa do uso sustentável dos recursos ambientais e o respeito à soberania de cada país.

SÃO PAULO PODERÁ CONTRATAR CRÉDITO EXTERNO DE US\$ 100 MI

O Plenário aprovou ontem a contratação de crédito externo (PRS 60/2018) no valor de até US\$ 100 milhões entre o município de São Paulo e o BID. Os recursos se destinam ao financiamento parcial do projeto de reestruturação das redes assistenciais dentro do Programa Avança São Paulo, que tem ênfase em ações de promoção da saúde. Segundo Marta Suplicy (MDB-SP), parte dos recursos será destinada à compra de equipamentos para 9 unidades básicas de saúde e 12 unidades de pronto atendimento.

Goldfajn pede autonomia do Banco Central

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do Banco Central defendeu que os mandatos da diretoria do BC não coincidam com os do Poder Executivo

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, defendeu ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a aprovação pelo Congresso do projeto que dá autonomia ao órgão, com mandatos da diretoria independentes do Executivo. Projeto em análise na comissão prevê a fixação de mandatos para presidente e diretoria da instituição não coincidentes com o do presidente da República. A Câmara dos Deputados também analisa proposta semelhante.

Goldfajn reafirmou aos senadores que permanecerá no comando do Banco Central até que o Senado aprecie nos próximos meses o nome do indicado para sucedê-lo, Roberto Campos Neto.

Para poder assumir o BC, Campos Neto será sabatinado pela CAE e terá de ser aprovado pelo colegiado e pelo Plenário, o que deve ocorrer a partir de fevereiro do próximo ano.

Goldfajn também destacou que a economia brasileira vem crescendo de forma contínua desde o começo de 2017, apesar de “volatilidades” no cenário interno e externo, como a greve dos caminhoneiros, as altas dos juros nas economias mais desenvolvidas e as tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Segundo ele, as projeções de mercado apontam para um crescimento do PIB entre 1,3%

e 1,5% em 2018, sendo que a projeção do BC é de 1,4%. Para 2019, a autoridade monetária espera aumento de 2,4%.

Goldfajn ressaltou como conquistas da atual política a consolidação da inflação em torno das metas (deverá fechar este ano abaixo de 4%) e a manutenção da taxa de juros básica de 6,5%, a mínima histórica.

O dirigente defendeu a aprovação de reformas como meio de garantir a política

monetária e o crescimento da economia.

— O Brasil precisa continuar no caminho de ajustes e reformas, em especial as medidas de ajuste fiscal e a reforma da Previdência, para manter a inflação baixa, a queda das taxas e a recuperação sustentável da economia — explicou.

Juros

O presidente do Banco Central também informou que até março de 2019 apresentará respostas para as recomendações feitas pela CAE para reduzir o *spread* bancário. *Spread* é a diferença entre os juros pagos pelos bancos para captar recursos e os juros cobrados por eles para emprestar dinheiro aos clientes.

Na terça-feira, a comissão aprovou um relatório com recomendações para o BC e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O documento sugere, entre outros pontos, a proibição da

verticalização no mercado de meios de pagamento (quando um mesmo grupo financeiro é controlador de empresas que atuam em todos os elos do sistema de pagamentos com cartões) e a criação de um sistema de *open banking* (sistema compartilhado de informações que dá ao consumidor e não aos bancos o poder de decidir com quais instituições seus dados serão compartilhados).

Segundo o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), o presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, também disse, em telefonema, que tomaria medidas após a aprovação do relatório.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e os senadores presentes elogiaram o desempenho do BC sob o comando de Ilan Goldfajn.

— Somos testemunhas e admiradores dos avanços legais e dos avanços regulatórios — assinalou Tasso.



Ilan Goldfajn e Tasso Jereissati, presidente da comissão, durante audiência

Terminais bancários para deficientes poderão ser obrigatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que obriga bancos a instalar, em cada agência, ao menos um terminal de autoatendimento para utilização por pessoa com deficiência visual. O texto segue para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e De-

fesa do Consumidor (CTFC). De Ângela Portela (PDT-RR), o PLS 104/2011 prevê que os equipamentos adaptados ofereçam recursos de áudio para a instrução do usuário e teclados em sistema braile. Se o texto for aprovado, os bancos terão 180 dias para reequipar suas agências.

Além dos terminais adapta-

dos, instituições financeiras e administradoras de cartão de crédito também ficam obrigadas pela atual redação do projeto — oferecida pelo relator, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) — a oferecer atendimento on-line específico para pessoas com deficiência auditiva.

A proposta ainda garante a

possibilidade de cadastramento de pessoas da confiança do usuário com deficiência, mediante documentação registrada em cartório, para representar, em casos de emergência, o consumidor com deficiência nos atendimentos por meio de telefones 0800.

De acordo com o texto, quem descumprir a regra estará

sujeito a penas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

— Proponho que o descumprimento das normas sobre acessibilidade ora examinadas seja considerado conduta abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor, a fim de permitir a aplicação das sanções administrativas previstas.

Comissão deve analisar hoje MP sobre transferência de imóveis

Deve ser retomada hoje a votação da medida provisória que transfere para a União cerca de 3,8 mil imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A MP 852/2018, que está sendo analisada por comissão mista, também acaba com o fundo contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando outros imóveis para a venda.

O relatório foi apresentado ontem. Após vista concedida aos parlamentares, a sessão foi suspensa. De acordo com o Ministério do Planejamento, estimativas apontam que os imóveis do INSS, que são administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), somam R\$ 6 bilhões. A ideia é que sejam alienados e contribuam para a redução do déficit do fundo com o Tesouro Nacional.

Já os imóveis da extinta RFFSA, com valor estimado em R\$ 1,4 bilhão, poderão ser vendidos, doados ou cedidos pela SPU para obras de infraestrutura, saúde e edu-

cação em municípios e para programas sociais, entre eles o Minha Casa, Minha Vida. Ainda segundo o Ministério do Planejamento, a SPU poderá contratar instituições financeiras oficiais e empresas privadas que ficarão responsáveis pela constituição, administração e gestão de fundo de investimento imobiliário a ser composto com propriedades da União.

Emendas

Os deputados e senadores apresentaram 47 emendas ao texto, das quais 28 foram acatadas pelo relator, senador Dário Berger (MDB-SC). Ele explicou que manteve o eixo principal da medida, que trata da transferência de imóveis e da extinção do Fundo Contingente da RFFSA, mas procurou aprimorar vários pontos para garantir máxima eficiência à política de gestão patrimonial.

Muitas das emendas foram sugeridas pelo próprio relator para resolver questões que foram tema de outras proposições. Uma delas é a redefinição



Dário Berger é o relator da medida na comissão mista, que adiou a votação

do traçado do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina. O novo traçado já foi discutido na MP 756/2016. O projeto decorrente da MP foi aprovado pelo Congresso, mas vetado pelo presidente Michel Temer em 2017. Para Dário Berger, o texto só foi vetado em razão da polêmica sobre a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará.

— No novo traçado que propomos, excluem-se apenas pontos específicos, em que há ocupação consolidada,

com escolas, igreja, casas e repartições públicas — disse.

Ele também incluiu no relatório a suspensão de procedimentos demarcatórios da SPU que disse considerar arbitrários, até que o Congresso analise propostas de emenda à Constituição sobre o tema. Também acrescentou ao texto o reconhecimento da validade das escrituras públicas de imóveis localizados em terrenos de marinha.

Entre as emendas sugeridas por parlamentares e acatadas

no relatório está a que dá a ocupantes de baixa renda dos imóveis não operacionais residenciais oriundos da extinta RFFSA o mesmo tratamento dispensado aos demais ocupantes dos imóveis da União. Isso significa que, em vez de ter o direito à compra do imóvel em condições especiais, aqueles que ocupavam o imóvel antes de 22 de dezembro de 2016 poderão conseguir a regularização gratuita. Também foi incluída a previsão de que os ocupantes de baixa renda que não manifestarem interesse na compra direta ou não se enquadrarem nas regras poderão ser inscritos como ocupantes dos imóveis.

Essa data, válida para as ocupações urbanas, foi estendida às ocupações rurais por outra emenda acatada pelo relator. A data anterior para a regularização das áreas rurais era 10 de junho de 2014. O novo critério será válido apenas para ocupações regulares que foram parceladas ou desmembradas irregularmente.

Aprovada urgência para mudança da Justiça Militar

Pelo projeto, o juiz-auditor — um juiz civil e da carreira da Justiça Militar, aprovado por concurso da Justiça Federal — será reclassificado para juiz federal. Cabe a ele julgar civis em crimes militares

O PLENÁRIO APROVOU ontem requerimento que coloca em regime de urgência o projeto de lei que trata da reorganização e da modernização da Justiça Militar da União.

O projeto (PLC 123/2018) foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na manhã de ontem. Entre outras mudanças, a proposta reclassifica o juiz civil e de carreira da Justiça Militar da União — conhecido como juiz-auditor — para juiz federal da Justiça Militar.

Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), que enviou o projeto, essa requalificação traduz melhor a natureza do cargo, ocupado por um juiz aprovado em concurso da Justiça Federal. Caberá a esse juiz federal de carreira a missão de julgar civis envolvidos em crimes militares definidos em lei. “É de registrar que as mudanças no regime disciplinar e no Estatuto da Magistratura representam inovações necessárias e adequadas”, comenta em seu texto o relator do projeto na CCJ, senador Dario Berger (MDB-SC).

De acordo com a Lei 8.457, de 1992, que pode ser alterada pelo projeto, tanto crimes

militares praticados por civis quanto delitos cometidos por militares são julgados hoje pelos conselhos de Justiça. Esses colegiados são formados por quatro juízes militares mais o atual juiz-auditor.

O PLC 123/2018 modifica essa estrutura, que passará a ser presidida pelo juiz federal da Justiça Militar. A intenção é dar mais celeridade aos julgamentos, mantendo-se um mesmo juiz à frente de todo o processo.

Atualmente os militares que atuam como juízes nos conselhos são escolhidos por sorteio e substituídos periodicamente. Dois argumentos foram apresentados pelo STM para justificar essa mudança: os civis não estão sujeitos à hierarquia e à disciplina vinculadas ao regime militar e, por isso, não poderiam continuar tendo suas condutas julgadas por militares.

Entre as atribuições desse juiz federal da Justiça Militar, vale destacar o julgamento de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, impedidos contra ato de autoridade militar e vinculados a processos criminais. Atualmente, todos esses recursos são julgados

pelo Superior Tribunal Militar. Com essa mudança, abre-se a possibilidade de duplo grau de jurisdição na Justiça Militar.

Os senadores mudaram o texto aprovado pela Câmara dos Deputados para exigir exame psicotécnico para ingresso na carreira da magistratura militar. Os critérios estabelecidos para o exercício da função deverão constar do edital do concurso

O senador José Pimentel (PT-CE) apresentou emenda de redação, acatada pelo relator. O texto fala em aposentadoria compulsória dos juízes aos 70 anos, porque havia sido elaborado antes da Emenda Constitucional 88, de 2015, que elevou a idade para 75 anos. Pimentel sugeriu que o texto observe a idade que a Constituição indica para essa aposentadoria.

Recondução

O senador Hélio José (Pros-DF) fez a leitura do relatório para a recondução do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, ao Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado.

A sabatina do indicado está agendada para quarta-feira.

Relatórios ao Orçamento serão votados na próxima semana

A aprovação do Orçamento de 2019 sofreu um novo atraso, com o adiamento da votação dos dois últimos relatórios setoriais. O relator de Defesa e Justiça na Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Wellington Fagundes (PR-MT), disse que as votações do seu relatório setorial e o de Transportes ficarão para a próxima semana.

Wellington entregou o texto na semana passada. Na terça-feira e ontem, a CMO teve reuniões adiadas ou canceladas pelo presidente, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA).

Para esses dias estava prevista a votação dos dois últimos relatórios temáticos do Orçamento para que em seguida o relator-geral,

senador Waldemir Moka (MDB-MS), pudesse reunir os 16 documentos setoriais e apresentar seu parecer consolidado para votação.

Saúde

Hoje, a CMO fará audiência pública, às 10h, na Câmara dos Deputados, com o ministro da Saúde, Gilberto Occhi. Ele prestará contas sobre os indicadores e o desempenho orçamentário do Sistema Único de Saúde (SUS) nos dois primeiros quadrimestres do ano.

O comparecimento do ministro é uma exigência da Lei Complementar 141, de 2012, que trata dos recursos mínimos que o setor público deve aplicar na área da saúde.

Com Agência Câmara

Projeto garante incentivos fiscais no Nordeste e Nordeste

O Senado vai analisar projeto que estende o prazo para a aprovação de propostas de redução de imposto sobre a renda nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo o autor, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a intenção é acabar com a necessidade de renovação do prazo a cada cinco anos, que deve perdurar enquanto for mantida a Zona Franca de Manaus.

Na justificativa ao PLS 281/2018, ele explica que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou recentemente o PLS 656/2015, que prorroga por mais cinco anos o prazo para a aprovação de projetos beneficiados com a redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais

nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene. Para Bezerra, porém, o prazo não é suficiente para a reversão das desigualdades das Regiões Norte e Nordeste em relação ao restante do país.

“Na ausência de um horizonte temporal de longo prazo, os empresários não têm segurança para fazer investimentos que podem requerer décadas para sua maturação”, argumenta.

Ele disse que os incentivos fiscais estimulam investimentos nas regiões menos desenvolvidas e contribuem para reverter a tendência de concentração da atividade econômica nas regiões que contam com infraestrutura econômica sólida.

O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Presidente da comissão, senador Edison Lobão conduz reunião em que foi aprovado texto sobre Justiça Militar

Instalações de duas comissões mistas de medidas provisórias são adiadas

A instalação de duas comissões mistas de medidas provisórias prevista para ontem foi adiada. A eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado que analisa a MP 858/2018, sobre a extinção da empresa espacial criada com a Ucrânia para explorar a base de Alcântara foi remarcada para hoje, às 10h. Já a MP 856/2018, que trata da contratação de serviços de distribuição de energia elétrica, foi remarcada para terça-feira, às 14h30.

A Alcântara Cyclone Space (ACS) foi uma organização

criada em parceria com o governo ucraniano para explorar comercialmente o lançamento de satélites a partir da base de Alcântara (MA). A edição da MP ocorre após o Brasil sair do Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado pelos dois países em 2003.

Denúncia

A decisão foi formalizada em 2015 pelo Decreto 8.494, de 2015, quando o Brasil denunciou o tratado sob a

alegação de falta de viabilidade comercial. A denúncia é um ato no qual um país manifesta sua vontade de sair de um acordo internacional. Segundo o estatuto da ACS, a empresa deve ser liquidada em caso de denúncia por um dos países. O governo afirma que em janeiro acabaram os recursos financeiros que mantinham a empresa.

Já a outra medida provisória confere à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a responsabilidade pela contratação de empresa privada para a prestação de

serviços de distribuição de energia elétrica.

A companhia será contratada na condição de “prestadora emergencial e temporária” e substituirá as distribuidoras dos estados do Amazonas e de Alagoas enquanto um novo contrato de concessão não é providenciado.

Contratos

A Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) estão sem contratos de concessão e desde 2016 são administra-

das pela Eletrobras como “prestadoras designadas em caráter precário”.

A escolha da empresa privada que vai operar provisoriamente as duas unidades será feita por meio de análise simples das propostas, vencendo o interessado que oferecer a melhor proposta econômica. O prazo de contratação será limitado a 24 meses.

Após a análise das comissões mistas, as medidas serão apreciadas nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Relator recomenda reajuste de tabela do SUS

Senador Dalirio Beber analisou a política pública para os hospitais filantrópicos e disse que é preciso garantir que eles continuem a atender a população

O GOVERNO PRECISA urgentemente fazer a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde paga às santas casas e a outros hospitais filantrópicos. Essa é uma das recomendações do relatório do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sobre a política pública para as entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao SUS.

— Ao longo de sucessivos governos, a tabela ficou tão defasada que hoje cobre apenas 60% dos custos. Como os 40% restantes não caem do céu, esse é o ponto central da crise da rede, que a obriga a se endividar para cobrir essa diferença — afirmou o senador.

O parecer destaca a importância do setor filantrópico para a saúde no país. Atualmente são 1.514 hospitais gerais e 163 especializados, sem fins lucrativos, prestando serviços de internação ao SUS. Eles detêm 38% dos leitos de internação

e são responsáveis por 41,3% das internações, sendo 40% de média complexidade e 59% de alta complexidade.

Apesar disso, as dificuldades são crescentes. Há dívidas variadas contraídas pelas entidades sem fins lucrativos: com instituições financeiras, com fornecedores e relativas a impostos e a passivos trabalhistas.

“Segundo relatório da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, as dívidas passaram de R\$ 1,8 bilhão em 2005 para R\$ 21,6 bilhões em 2015, dos quais R\$ 12 bilhões com o sistema financeiro, na maioria constituída de novos empréstimos para rolar dívidas anteriores”, observa o relator.

Ações insuficientes

O relator recorda que, para reverter o quadro, foram concedidos ao setor benefícios tributários, fiscais e previdenciários, além de incentivos financeiros e novas fontes de financiamento, mas não foi o bastante, na visão dele:

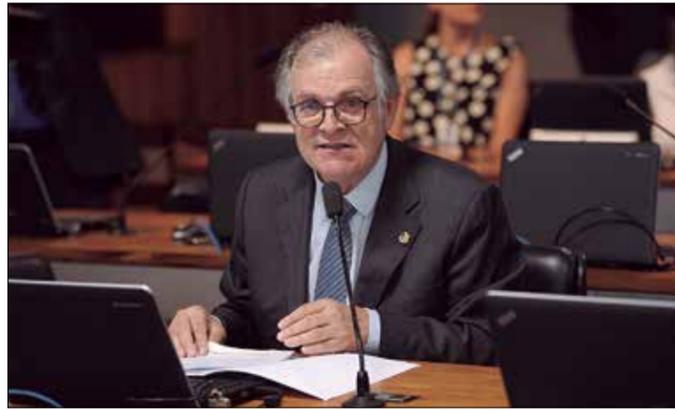
“Todas essas medidas se mostraram insuficientes e paliativas. Há anos as instituições de saúde filantrópicas vêm enfrentando grave crise financeira devido ao subfinanciamento,

à defasagem da tabela que precifica os procedimentos do SUS, aos atrasos no repasse de recursos e à escassez de investimentos”, afirma Dalirio.

O parecer aprovado lembra ainda que para responder à crônica falta de recursos frente à crescente demanda por saúde, é necessária a construção de uma política de Estado para atender os hospitais, especificamente para que os prestadores de serviço, no caso os hospitais filantrópicos, deem prosseguimento aos serviços prestados à sociedade.

Outra recomendação aprovada é a criação de um órgão específico no Ministério da Saúde para o oferecimento de suportes gerencial e administrativo às instituições, sobretudo àquelas que são a única referência hospitalar em centenas de pequenos municípios do interior do país.

“Até quando vamos negligenciar um setor que tanto contribui para a consecução do direito à saúde no Brasil? As santas casas e os hospitais filantrópicos respondem por mais de 50% dos atendimentos do SUS e, se eles entrarem em colapso, levarão junto toda a rede pública de saúde”, alerta Dalirio.



Pedro Franco/Agência Senado

Para Dalirio Beber, sem os filantrópicos, a saúde pode entrar em colapso

PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO NO SENADO RELACIONADAS A ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE		
Projeto	Autor	Objetivo
PLS 456/2013	Ana Amélia (PP-RS)	Concede isenção do IPI, da Cofins e do PIS/Pasep sobre artigos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratórios nas operações destinadas aos entes públicos e às entidades beneficentes de assistência social.
PLC 125/2013	Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)	Permite a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) em favor de entidades que prestam serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo SUS.
MP 848/2018	Poder Executivo	Altera a lei sobre o FGTS para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do SUS.
PLC 115/2017	Deputado Marcio Alvino (PR-SP)	Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e santas casas de misericórdia.
PLS 368/2017	Dalirio Beber (PSDB-SC)	Institui o Programa Nacional de Apoio à Assistência Filantrópica Social e à Saúde.

Balanço da comissão é positivo, diz Marta Suplicy

Ontem, na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) de 2018, Marta Suplicy (MDB-SP) fez uma análise do trabalho do colegiado nos dois anos sob seu comando. Segundo ela, foram 63 reuniões deliberativas, 45 audiências públicas, 138 votações e 6 sabatinas, sendo 2 para indicados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e 4 para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A senadora citou entre as muitas proposições importantes que passaram pela comissão o projeto que garante a reconstrução das duas mamas às mulheres que foram submetidas a tratamentos contra o câncer. Ela disse estar especialmente satisfeita pelo

fato de o texto ter sido enviado para análise presidencial.

— Foi aprovado ontem [terça-feira, 4] na Câmara dos Deputados da mesma forma que saiu daqui. Compartilho essa alegria e o bom trabalho da comissão.

Entre os temas relevantes de-



Pedro Franco/Agência Senado

Marta Suplicy é presidente da Comissão de Assuntos Sociais

batidos, ela citou o reajuste dos planos de saúde individuais e familiares.

— Nós chamamos aqui a ANS e realizamos dois debates. Isso veio da percepção dos membros da comissão em relação à indignação da população. E o interessante é que a ANS retrocedeu de suas decisões, que autorizavam as operadoras a fazer o reajuste de até 10%. E agora no fim do ano, tivemos aqui de novo a ANS, que apresentou a nova metodologia a ser usada. Acredito que vai ter mais transparência e redução de custo.

Marta também considerou muito importantes os debates e a aprovação do PLS 514/2017, que permite o cultivo e o preparo da *Cannabis* (maconha) para uso medicinal.

Telmário critica decisão sobre sacrifício de galos de rinha em MT

Telmário Mota (PTB-RR) criticou a decisão da juíza Flávia Catarina Amorim, de Cuiabá, de sacrificar galos apreendidos pelo Batalhão Ambiental da Polícia Militar por supostos maus-tratos. Segundo o senador, os animais estavam saudáveis, em instalações adequadas e controladas, e recebendo dieta balanceada. Para ele, não se pode inferir que todos os criadores de “aves combatentes” sejam organizadores de rinhas.

— Que lógica é essa de determinar a morte de um ser vivo saudável com a justificativa de livrá-lo de maus-tratos?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa: desmatamento vai triplicar em 4 anos

Humberto Costa (PT-PE) disse que, de acordo com especialistas, o desmatamento vai triplicar até o fim do governo de Jair Bolsonaro, em razão do avanço da agricultura em áreas hoje protegidas, da redução da fiscalização e do abandono do Acordo de Paris.

Ele também criticou a desistência do governo de sediar a COP-25, conferência sobre o clima do ano que vem.

— Estamos abrindo mão, com essas decisões estabelecidas, de um papel em que o nosso país é não só relevante, como também necessário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Síria quer Brasil na reconstrução, diz diplomata

Novo embaixador em Damasco, aprovado ontem pelo Plenário, afirmou em sabatina que as empresas brasileiras serão muito bem-vindas ao esforço pós-guerra

O PLENÁRIO APROVOU ontem o diplomata Fábio Vaz Pitaluga para a chefia da embaixada brasileira em Damasco, onde atua desde setembro como encarregado de negócios. Foram 55 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção.

Antes, Pitaluga havia sido sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), e disse que altas autoridades do governo sírio já comunicaram oficialmente que o Brasil e as empresas brasileiras terão prioridade na reconstrução da infraestrutura da Síria, devastada por uma guerra civil que se aproxima do fim.

— A Síria está no final dessa guerra trágica e nos próximos anos inicia-se um grande processo de reconstrução. E nesse processo é crucial que o Brasil saiba se posicionar. Altas autoridades do governo deixam claro pra mim que o Brasil e suas empresas são percebidas como entre as prioritárias. Calcula-se que a reconstrução demandará US\$ 400 bilhões. Vejo oportunidades na área de indústrias, agronegócio em geral e petróleo, por exemplo. O setor de petróleo sírio foi muito afetado, eles precisam de um grande apoio em máquinas, equipamentos e novas tecnologias. Nós temos muito



Aprovado pelo Senado, Fábio Pitaluga irá chefiar a embaixada na Síria

a oferecer neste campo, assim como na parte de xisto — detalhou.

Pitaluga também avaliou que serão abertas oportunidades nas áreas de mineração, energia elétrica, saúde, construção civil, turismo, pecuária e indústria de laticínios. Uma das prioridades dele será reativar o Conselho Empresarial Brasil-Síria, que deixou de operar devido à guerra.

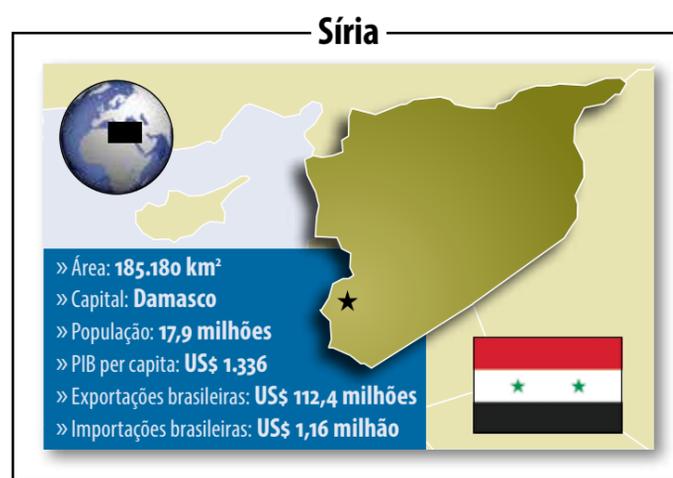
Soberania

O diplomata informou que as boas relações entre Brasil e Síria são fruto não apenas de um entendimento histórico, mas também da postura brasileira durante a guerra civil, de reiterar a soberania e independência da nação

árabe. Também pesa muito a grande comunidade síria que vive aqui, por isso o Brasil é percebido por parcela da população como “o segundo país”, disse Pitaluga.

— Não fechamos a embaixada durante todo este período de guerra. Deixamos claro que apoiamos todos os esforços multilaterais na solução política visando à paz, num processo conduzido pelos próprios sírios, facilitado pela ONU, sem interferências externas. Defendemos a soberania, integridade territorial e independência do país e apoiamos o Diálogo Nacional Sírio ocorrido em Sochi [Rússia].

Ao final, o diplomata ressaltou que a situação síria



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

tem uma certa instabilidade, uma vez que combates ainda ocorrem em algumas cidades, mas a tendência é de que a conflagração termine.

Interferências

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL) — que visitou recentemente a Síria e reuniu-se com o presidente Bashar al-Assad — responsabilizou potências estrangeiras pelo longo conflito no país.

— As grandes potências, que deveriam preservar a estabilidade mundial, são hoje as principais causadoras da instabilidade. Tudo que vemos na Síria, por exemplo, é absurdo. É fora de qualquer explicação plausível, a não ser a ganância, a avareza, o

ímpeto de dominação que essas grandes potências têm. Provocam um enorme sofrimento na população mais simples, já são 500 mil mortes e 13 milhões de desterrados — lamentou o senador, que, por outro lado, elogiou a forma como o Itamaraty vem se conduzindo durante todo o processo.

Também durante a sabatina, Cristovam Buarque (PPS-DF) e Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestaram preocupação quanto à possibilidade de mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, anunciada pelo futuro governo de Jair Bolsonaro. No entender dos senadores, isso provocará reações imediatas dos países árabes.

Projeto agiliza execução de medidas de conselho da ONU

As resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) poderão ter execução imediata no Brasil, desde que não violem a Constituição. É o que estabelece projeto que tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O objetivo principal do PLS 181/2018 é facilitar o combate internacional à corrupção e ao terrorismo.

A autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), quer alinhar o Brasil às estratégias internacionais de combate ao crime. O texto regulamenta a obrigação do Brasil, como membro da ONU, de aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, especialmente quanto à indisponibilidade de ativos requerida por autoridades estrangeiras. Para fins de publicidade desses atos, segundo o texto, bastará a publicação de extratos em língua portuguesa das resoluções e designações.

Sobre este aspecto, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), em seu relatório, diz que “depende da tradução

completa para executar esses documentos no Brasil teria como consequência, quando o assunto é a indisponibilidade de ativos, conferir tempo ao transgressor para fugir com seu capital.”

Ana Amélia defendeu seu projeto em Plenário na segunda-feira, quando manifestou temor de que, na falta de uma legislação mais rigorosa, o Brasil seja “varrido” dos órgãos internacionais e perca acesso a fontes externas de financiamento.

A senadora sublinhou que o Brasil pode tornar-se o primeiro país a ser suspenso do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), entre outras punições, se não alinhar suas leis de combate ao terrorismo e à lavagem de dinheiro com a dos outros países-membros.

Ana Amélia também espera que o país possa cumprir os requisitos para integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Depois da CRE, o projeto passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Collor critica possíveis mudanças na política externa

A política externa da futura gestão de Jair Bolsonaro na Presidência da República foi criticada ontem pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL). O senador disse que más conduções nas relações com outros países “levam uma geração para serem plenamente superados” e que, por isso, cada decisão precisa ser muito refletida.

Collor mencionou a possível mudança da embaixada do Brasil em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, por exemplo, como tem defendido a equipe do presidente eleito.

— Já estive na Presidência da República. Posso afirmar que na diplomacia nenhuma ação fica sem reação. Mudar a embaixada provocará um enorme desconforto com nações árabes amigas, com as quais temos enormes superávits. Outros países [como o Brasil] também vendem proteínas animais, minérios e soja, é só mudar de fornecedor. E tudo isto a troco de quê? De um eventual alinhamento com um governo específico e temporário nos Estados Unidos, marcado por decisões erráticas? — questionou.

O senador também conde-



Collor defende manutenção da embaixada em Israel em Tel-Aviv

nou o rompimento unilateral da participação de Cuba no Programa Mais Médicos. E afirmou não haver mais sentido na adoção de uma postura hostil a Cuba, muito menos quando proveniente de uma outra nação latino-americana.

Cuba e Coreia

De acordo com ele, os médicos cubanos cumpriam uma função de enorme impacto social no Brasil.

— Se quer acabar com o convênio, que se estabeleça uma condução planejada. Não algo intempestivo, com ameaças às relações diplomáticas.

O senador afirmou ainda que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem

buscado aproximação maior com a Coreia do Norte. Por isso também seria equivocado o Brasil cortar relações com o país, como teria sinalizado Bolsonaro. Collor acrescentou que a Coreia do Sul também vem se aproximando dos norte-coreanos e que o Brasil pode cumprir um papel relevante nesse processo.

— Os coreanos estão se reaproximando de forma independente em relação aos EUA. Em algum momento o Brasil será um dos chamados para intermediar esses entendimentos entre Coreia do Norte, Coreia do Sul e Estados Unidos, pois é a única nação das Américas que possui representação nas duas Coreias.

Relatora afirma ser contra o fim do Ibram

Lídice contraria governo e propõe a manutenção do Instituto Brasileiro de Museus e substitui agência por fundo de amparo

O RELATÓRIO A ser apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA) à Medida Provisória 850/2018 mantém o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em funcionamento e substitui a criação da Agência Brasileira de Museus (Abram), prevista na norma, por um fundo de amparo ao setor, a exemplo do que existe em universidades. A comissão mista que analisa o texto volta a se reunir na terça-feira.

— Essa é a ideia central. O governo não está concordando. Apenas cumpriremos a função de apresentar o relatório que venha no sentido de manter o Ibram e seu fortalecimento. Se o governo não concordar, que derrube — afirmou a senadora.

Presidida pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), a comissão mista que analisa a MP 850/2018 tem se mostrado contrária à extinção do Ibram. Vários especialistas foram ouvidos pela comissão e criticaram a extinção do órgão. O governo, por sua vez, defende a criação da Abram como forma de aperfeiçoar os modelos de gestão e de preservação do patrimônio cultural reunido nos museus do país.

Teixeira explicou que a proposta alinhavada por Lídice, em substituição ao texto da MP, concilia a preservação do Ibram com a criação de um instrumento de captação de recursos para a sobrevivência e manutenção dos museus.



Lídice defende continuidade do Instituto Brasileiro de Museus em reunião dirigida pelo deputado Teixeira

Se aprovado na comissão, o texto ainda precisará ser votado nos Plenários da Câmara dos Deputados e no Senado. O prazo de vigência da medida provisória expira em 18 de fevereiro de 2019.

— Estamos elaborando o texto do relatório agora, o que poderá contribuir para a preservação do Ibram e para uma política de proteção dos museus. Não consigo fazer um relatório que vá na extinção

do Ibram. Não podemos ser responsabilizados por uma medida com que não concordamos. Cabe ao governo juntar seus parlamentares para defender seus interesses — afirmou a senadora.

Relatório sobre barragens será votado na quarta

Elmano Férrer (Pode-PI) deve apresentar na quarta relatório com a conclusão da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) sobre a Política Nacional de Segurança das Barragens, descrita na Lei 12.334, de 2010. O tema foi a política pública escolhida pela comissão para análise em 2018.

De acordo com a presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), a decisão foi motivada por um relatório de vulnerabilidade das barragens da Agência Nacional de Águas (ANA).

— Um número significativo de barragens apresenta sinais claros de risco de desabamento e isso está sendo verificado em quase todos os estados.

De acordo com Fátima, o relatório de Elmano deve alertar as autoridades e conchamar

a sociedade para que cobre providências dos responsáveis para evitar “tragédias anunciadas” como a de Mariana (MG).

A senadora lembrou que, no ano passado, a segurança hídrica e a transposição das águas do Rio São Francisco foi a política pública avaliada pela CDR. De acordo com ela, o tema continua uma das prioridades do Nordeste.

Fátima contou que os governadores eleitos da região já remeteram uma carta ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, cobrando a conclusão.

José Pimentel (PT-CE) destacou a importância da manutenção de órgãos públicos como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e demonstrou preocupação sobre o enxugamento

do Executivo.

— Há, no governo que toma posse em janeiro, o intuito de extinguir órgãos públicos.

Na reunião foi votado ainda um parecer pela prejudicialidade de três projetos que tramitavam em conjunto.

De acordo com Pimentel, relator, houve perda de oportunidade, porque o Congresso já se posicionou sobre os assuntos. São eles o PLS 170/2011, de Eduardo Braga (MDB-AM), o PLS 349/2011, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), sobre imposto sobre a renda de projetos executados nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, e o PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária.

Para Vanessa, reforma trabalhista aumentou informalidade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apontou em Plenário o aumento do trabalho informal no país, segundo dados do IBGE. A senadora observou que de 2016 a 2017 houve um aumento de 1,7 milhão no número de pessoas trabalhando sem carteira assinada, atingindo um total de 37,3 milhões trabalhadores. Vanessa também criticou o presidente eleito, Jair Bolsonaro, por ter dito que é muito difícil ser patrão no Brasil.

— Eu até acho que é muito difícil ser patrão no Brasil. Agora, certamente mais difícil ainda é sobreviver sendo trabalhador neste país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima defende PEC que fixa os repasses de recursos do Fundeb

Relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2017, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Fátima Bezerra (PT-RN), disse que apresentou relatório favorável. Instituído em 2006, o Fundeb tem vigência até 2020.

Fátima Bezerra incluiu alguns dispositivos ao texto original, que é de Lídice da Mata (PSB-BA). Ela sugeriu a ampliação gradativa, de 10% para 50%, da participação financeira da União no Fundo.

— A PEC está em plena sintonia com as metas e estratégias inscritas no Plano Nacional de Educação.

Lasier lembra Dia Internacional de Luta contra a Corrupção

Lasier Martins (PSD-RS) lembrou o Dia Internacional de Luta contra a Corrupção, celebrado em 9 de dezembro, e disse que, no Brasil, o combate à corrupção avançou muito nos últimos anos, com ações como a Operação Lava Jato e outras

— Várias linhas de atuação vêm se criando e agindo em favor da prevenção e repressão à corrupção, através da integração da sociedade civil nesse combate intenso, em busca de um novo Brasil, mais limpo, transparente. Uma mudança de cultura, de integridade, envolvendo até o ensino de crianças e escolares.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Regina Sousa relata assassinato de 105 meninas no Ceará

Regina Sousa (PT-PI) relatou ter participado de audiência na Assembleia Legislativa do Ceará para discutir o assassinato de meninas com idade entre 10 e 19 anos no estado. Segundo as informações obtidas, em 2016 foram 27 assassinatos. Em 2017, esse número saltou para 105 casos.

— Não é [considerado] feminicídio, mas é uma nova forma. Supõe-se que é o tráfico, supõe-se que são facções — disse a senadora.

Regina também registrou que nem todas as vagas abertas com a saída dos cubanos do Programa Mais Médicos foram ocupadas. Segundo ela, no Piauí, por exemplo, das 199 vagas existentes, apenas 12 foram ocupadas.

Guaracy Silveira diz que preâmbulo faz parte da Constituição

Guaracy Silveira (DC-TO) disse que apresentará PEC para deixar claro que o preâmbulo faz parte da Constituição.

A proposta seria uma resposta a juristas que defendem que esse trecho da Carta, onde está inscrito que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu “sob a proteção de Deus”, não integra o documento.

— Não é justo hoje querer dizer que o preâmbulo não é parte integrante da Constituição. Ele é sim, e nós confessamos que esta é uma nação temente a Deus. Os brasileiros, por meio dos seus representantes, legalmente eleitos, disseram isso.



Jefferson Rudy/Agência Senado